

Maria da Graça Carvalho apresenta relatórios sobre o Mercado da Energia na Comissão da Indústria, Investigação Científica e Energia

Bruxelas, 24-05-2023

A eurodeputada do PSD, Maria da Graça Carvalho, apresentou ontem, na Comissão da Indústria, Investigação e Energia (ITRE), do Parlamento Europeu, o seu relatório sobre o **Regulamento de Proteção da União Contra a Manipulação do Mercado Grossista da Energia (REMIT)**, bem como as emendas que introduziu, enquanto negociadora em nome do Partido Popular Europeu (relatora-sombra), ao relatório sobre a **Reforma do Desenho do Mercado Elétrico da UE**, do qual é relator-principal o eurodeputado Nicolás Casares (Socialistas e Democratas).

No que respeita ao relatório REMIT, Maria da Graça Carvalho disse que se trata de um regulamento que “visa prevenir e combater más-práticas tais como o *insider trading* e a manipulação do mercado”, sendo, por isso, “um instrumento legal muito importante para assegurar a transparência, competitividade e estabilidade dos mercados de energia da União Europeia”.

Na sua intervenção, a eurodeputada explicou que baseou o seu trabalho neste relatório “em três princípios orientadores: **Coerência Legislativa e Transparência, Uma Dimensão Europeia Fortalecida e um Mercado Reforçado**, fazendo corresponder a cada um destes ações específicas.

Nomeadamente, no primeiro caso, procurando “alinhar melhor as definições das especificidades dos mercados de energia, para **evitar confusão, sobreposições e sobrecarga administrativa**”; no caso do reforço da dimensão europeia, promovendo um reforço da capacidade de atuação da agência que coordena a cooperação entre os reguladores europeus (ACER), nomeadamente **modificando o critério para a identificação de casos transfronteiriços que esta pode investigar e melhorando as suas capacidades de investigação**; e, no que respeita concretamente ao mercado, promovendo medidas destinadas a evitar “**trabalho administrativo e burocracia excessivos para os participantes do mercado**”.

No que respeita à reforma do Mercado Elétrico, Maria da Graça Carvalho identificou-se com várias das prioridades definidas pelo relator-principal, tais como a intenção reforçada de garantir que 15% das redes elétricas de cada país serão destinadas à exportação para outros Estados-Membros e a ênfase colocada em medidas destinadas a melhorar a proteção e empoderamento dos consumidores particulares e profissionais. E apontou, por sua vez, várias propostas para ir mais longe nessas ambições. Por exemplo, frisando **necessidade de se olhar para situações específicas, como ilhas e as Regiões Ultraperiféricas**, que têm problemas específicos nas redes. Ou ainda, no caso do empoderamento dos consumidores, facilitando a possibilidade de partilha de energia entre instalações com as condições adequadas, propondo um aumento do teto para 10 MW.

Por outro lado, a eurodeputada criticou a intenção do relator de impor um teto às receitas obtidas através da produção de energia recorrendo a tecnologias inframarginais (essencialmente as renováveis), considerando que essa seria uma **medida contrária aos objetivos da transição verde, que “aumenta a incerteza para os investidores e não pode tornar-se numa medida estrutural, nem uma medida para tempos de crise”**.